

TROPAS DE PRETOS E PARDOS EM MINAS GERAIS: o recrutamento para a guerra luso-castelhana (1766-1780)



Leandro Francisco de Paula
Mestrando em História pela Universidade Federal do Paraná
Bolsista do CNPq
leandro.franciscodepaula@gmail.com

Resumo: O presente estudo analisou o recrutamento de pretos e pardos em Minas Gerais na segunda metade do século XVIII, dando ênfase ao período compreendido entre os anos de 1775 e 1777, ou seja, no momento em que se intensificaram os conflitos luso-castelhanos ocorridos nas partes meridionais da América portuguesa. Para isso nos servimos de ampla documentação do Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), disponível através do Projeto Resgate.

Cruzamos as informações obtidas na dita documentação, com outras relevantes ao tema abordado. Pretendeu-se, com isso, entender todo o processo envolvido no recrutamento de pretos e pardos para a guerra luso-castelhana das partes meridionais da América portuguesa, bem como compreender o envio desses homens de cor para a área de conflito, além das consequências políticas, econômicas e, principalmente, sociais, que, nessa conjuntura, se seguiram na capitania de Minas Gerais.

Palavras-chave: Reformismo ilustrado. Mobilização militar. Tropas de pretos e pardos.

Abstract: This paper was focused on the restructure of military institutions in Portuguese America in the second half of Eighteenth Century, with the objective of examine the conjunctures involving Black Militias in the captaincy of Minas Gerais during the Luso-Castilian War. Between the decades of 1760 and 1780, Portugal introduced the practice of recruit individuals coming from those social groups in its domains. In the State of Brazil many captaincies were forced to adopt those direct solicitations from de Portuguese crown in that period. Each of the captaincies of the State of Brazil had to fulfill those exigencies in the manner that was possible. The war in the meridional parts of Portuguese America accelerate the military restructure in the Portuguese domains, but also occasioned the utilization of unprepared troops, conflicts between cities councils and governors, and also debates about the use of slaves as soldiers.

Keywords: Enlightenment. Military institutions. Colored troops.

Introdução

A segunda metade do século XVIII foi marcada por reformas de cunho ilustrado, implementadas nas regiões dominadas pela coroa portuguesa. Entre essas medidas, estavam aquelas destinadas ao aprimoramento do aparato militar português. Essa reestruturação militar se estendeu para a América portuguesa, em meio aos conflitos com a coroa espanhola nas partes meridionais do Estado do Brasil. Dentro desse quadro, houve uma ampliação efetiva dos habitantes da América portuguesa que deveriam atuar no emprego das armas. Buscou-se estender, sob o controle do Estado, o poder militar para todo o conjunto da população. Essa ação atingiu também as camadas sociais compostas por homens de cor.

Nesta pesquisa, procuramos entender como se deu esse processo na capitania de Minas Gerais entre os anos de 1766 e 1780. Buscamos compreender o desenvolvimento da capitania em questão no contexto da América portuguesa, levando em conta a importância da exploração do ouro nesse processo e a consequente formação de um quadro populacional com taxas elevadíssimas de população composta por indivíduos livres de cor e cativos. Dessa forma, analisamos o impacto que as reformas militares da segunda metade do século XVIII ocasionaram na mencionada capitania. Estas exigiram a formação de corpos militares constituídos por homens de cor. Tais sujeitos sociais constituíam a principal força de trabalho da capitania de Minas Gerais.

Para tanto, analisamos fontes presentes no *Arquivo Histórico Ultramarino* – disponíveis através do *Projeto Resgate*; a coleção *Documentos Interessantes Para a História e Costumes de São Paulo; Século XVIII, século Pombalino do Brasil*, coleção de Marcos Carneiro de Mendonça; *Cartas do Rio de Janeiro (1769-1776)*, do Marquês do Lavradio, impressas pelo Instituto Estadual do Livro do Rio de Janeiro em 1978; e a *Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais (1780)*, da autoria de João José Teixeira Coelho, impressa em 1994 pela Fundação João Pinheiro de Belo Horizonte, pertencente ao conjunto de documentos impressos da Coleção Mineiriana.

O cenário europeu e as tensões nas partes meridionais do Estado do Brasil

Em 1756, Inglaterra e França, rivais de longa data, iniciaram uma luta armada posteriormente denominada Guerra dos Sete Anos, pois se encerrou em 1763 (ALDEN, 1968: 96-99; MELLO, 2004: 69). A Espanha era a aliada da França no conflito. Já Portugal, como

sempre, havia adotado uma política de neutralidade, até ser pressionado pela Inglaterra a entrar na guerra, quando esta se encontrava próxima ao fim. O adversário mais direto de Portugal nessa disputa bélica era a própria Espanha. O conflito entre esses dois reinos no próprio continente europeu incendiou as questões relativas às fronteiras meridionais da América portuguesa, região disputada por ambas as coroas desde as últimas décadas do século XVII.

Desde a fundação da Colônia de Sacramento, em 1680, situada na margem do Rio da Prata, os conflitos entre Portugal e Espanha nas fronteiras meridionais foram relativamente constantes (POSSAMAI, 2004: 40-41). O Tratado de Limites, o qual foi assinado em Madrid em 1750, tinha o objetivo de amenizar tais conflitos territoriais. Por problemas internos aos territórios disputados e dificuldades de demarcação de fronteiras, o compromisso não obteve êxito. O Tratado de El Pardo, assinado em 1761, deu fim aos acordos selados naquele documento de 1750.

Em 1762, França e Espanha invadiram Portugal. Como havia uma precariedade do aparato defensivo lusitano, a coroa teve de pedir auxílio ao seu aliado principal: a Inglaterra. Por esse motivo, a hostilidade fronteiriça foi curta. Porém, o conflito serviu para explicitar a questão da fragilidade defensiva de Portugal. Era preciso ser feita uma reforma militar com urgência. Para isso, Pombal contratou Conde de Lippe, um ilustrado e muito experiente militar de origem alemã, o qual se encontrava naquele momento a serviço da Inglaterra.

Se a contenda foi breve no território europeu, na América ela se estendeu por vários anos. Em 1763, D. Pedro de Cevallos, comandante das forças espanholas, invadiu a Colônia de Sacramento, os fortes de São Miguel e de Santa Tereza, e o Rio Grande de São Pedro. Era o início do denominado período de dominação espanhola no sul da América portuguesa, o qual se prolongou até 1776. Esses fatores contribuíram para que a década de 1760 fosse de intensa mobilização e reestruturação do aparato defensivo do Estado do Brasil.

A mobilização militar na América portuguesa

A primeira medida de Pombal visando à defesa da América portuguesa foi a transferência da capital do vice-reino de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763. A região se tornaria o centro de comando defensivo do Estado do Brasil. Como estava situada mais ao sul, seria mais eficaz na defesa de qualquer ataque vindo daquela direção, bem como seria mais fácil mobilizar tropas no conjunto da América portuguesa. Pombal também enviou oficiais

estrangeiros ao Brasil para auxiliarem nessa reestruturação defensiva e militar. Entre eles, o austríaco Johann Böhm e o sueco Jacques Funk, os quais já haviam servido sob as ordens do já mencionado Conde de Lippe no território lusitano. Tal qualidade de oficialato teria a função de comandar as principais tropas na América portuguesa.

Dois aristocratas ilustrados e aliados ao serviço das armas também foram enviados por Pombal: o morgado de Mateus, nomeado governador da capitania de São Paulo, a qual foi restabelecida em 1765; e o marquês do Lavradio, o qual havia sido governador da Bahia em 1768, e que foi nomeado vice-rei do em 1769. Lavradio também teria a função de governador e capitão-general da capitania do Rio de Janeiro (MAXWELL, 1996: 126). Sem dúvida, o nome mais forte na tarefa de reestruturação defensiva e militar de toda a América portuguesa, na década de 1770, assim como no conflito luso-castelhano nas fronteiras meridionais o foi o do próprio marquês do Lavradio.

O vice-rei foi o responsável por uma ampla reformulação do tabuleiro político-administrativo do Estado do Brasil. Como sua função principal naquele momento era a de exercer o comando na mencionada guerra, impôs ao marquês de Pombal a condição de recomendar experientes militares nos governos de diversas capitanias. Essa imposição foi aceita instantaneamente pelo ministro de Portugal. Dessa forma, Manoel da Cunha Meneses (1769-1774) deixou o governo de Pernambuco e foi transferido para a Bahia, sendo lá também nomeado governador; José César de Meneses (1774-1787) ocupou o seu lugar em Pernambuco; Martim Lopes Lobo de Saldanha (1775-1782) substituiu o morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775); Francisco de Souza Meneses (1765-1775) ocupou o governo de Santa Catarina e Jozé Marcelino de Figueiredo (1769-1771 e 1773-1780) o do Rio Grande; D. Antônio de Noronha (1775-1780) substituiu Antônio Carlos Furtado de Mendonça (1773-1774) em Minas Gerais. Após toda essa modificação do quadro político-administrativo da América portuguesa, Lavradio pôde agir com mais eficiência no que dizia respeito a solicitações de socorro em tropas e mantimentos direcionados à manutenção da guerra.

Esses governadores teriam o objetivo de iniciar uma intensa atividade de recrutamento militar, cada qual em sua respectiva capitania. Dessa forma, o Estado do Brasil sofreu de uma reestruturação militar em todo o seu território, mesmo que isso tenha ocorrido com muitas dificuldades de acordo com os limites existentes em cada região. Como foi dito, na década de 1760 a coroa portuguesa passou a se interessar mais nos números relativos à população da América portuguesa, pois esta seria, segundo o pensamento em ascensão na época, a principal defesa que aquela região detinha em termos militares. Um documento muito importante que

ressalta a necessidade lusitana de incorporar todos os setores sociais da América portuguesa em forças militares é a carta régia de 22 de março de 1766.

Em primeiro lugar, a carta régia em questão foi enviada a todas as capitanias da América portuguesa com o intuito de que cada governador cumprisse as ordens lá existentes. Segundo a carta, tais tropas se encontravam em estado de “irregularidade e falta de disciplina”, todavia, consistiam em “uma das principais forças que tem o mesmo Estado para se defender”. Portanto, para esse efeito, cada governador deveria “alistar todos os moradores das terras” de sua “jurisdição que se acharem em estado de poderem servir nas Tropas Auxiliares, sem exceção de Nobres, Plebeus, Brancos, Mestiços, Pretos, Ingênuos e Libertos, e a proporção dos que tiver cada uma das referidas classes formeis Terços de Auxiliares e Ordenança”. Cada governador também teria de atentar para a boa conduta da hierarquização de cada tropa, pois os oficiais destas venceriam “o mesmo soldo que vencem outros Sargentos Mores das Tropas Regulares dessa Capitania, pagos na mesma forma pelos rendimentos das Câmaras dos respectivos Distritos”. Todos os oficiais e soldados das tropas formadas seriam obrigados a terem “à sua custa espadas e armas de um mesmo adarme”. Os soldados e oficiais da cavalaria precisavam arcar com as despesas de pelo menos “um cavalo e um Escravo para cuidar dele, sem que nas ditas armas e cavalos e Escravos se lhes possa fazer penhora, embargo, ou execução alguma” (AHU, Cons. Ultra. Brasil/MG. Cx. 85, Doc.: 42).

Como se vê, a carta tem um conteúdo que mescla tanto uma perspectiva ilustrada, trazida ao campo militar pelas reformas empreendidas em Portugal pelo Conde de Lippe, como o reflexo das representações da ordem barroca antes prevalecente em Portugal (SILVA, 2003). O temor de uma guerra de grandes proporções também está presente no documento. A ameaça iminente fez com que a coroa formasse corpos militares de todos os setores sociais da América portuguesa com o objetivo de defender aquele vasto território; entre esses setores estavam aqueles constituídos por homens de cor. Essa ação, como veremos, impactou nas diversas capitanias da América portuguesa.

Cada capitania reagiu ao seu modo a essa recomendação, de acordo com suas relações com o tráfico de escravos, com a população de cor de cada capitania e com os recursos materiais que cada uma detinha, visto a população de cor ser a principal força de trabalho na América portuguesa à época. O caso de Minas precisa ser analisado com muita atenção, pois a capitania possuía naquele momento, conforme já vimos, o maior número de cativos de toda a América portuguesa, e também uma imensa parcela populacional constituída por indivíduos livres de cor.

Os homens de cor nas terras do ouro: interdependência entre grupos sociais

O sujeito social constrói a si mesmo pela própria ação, a qual é exercida de acordo com o papel desse sujeito na sociedade. No entanto, ao se estudar um grupo social específico num dado recorte espaço-temporal, deve-se tomar cuidado para que não se superdimensione apenas uma perspectiva possível de análise, como, por exemplo, no caso da população de homens de cor em Minas Gerais no século XVIII, dar muita ênfase às ações de resistência desses indivíduos diante da escravidão. Os homens de cor das Minas Gerais setecentistas, como indivíduos componentes dessa sociedade específica, nessa configuração social, estão envolvidos numa tensa rede de poder, em constante interdependência com os indivíduos do próprio grupo e com os de outros grupos sociais.

Sem dúvida, no decorrer do setecentos, a categoria mais desfavorecida em Minas Gerais era constituída por escravos, porém, segundo Julita Scarano “sobretudo a partir da segunda metade do século, forros e mulatos, e mesmo brancos pobres, viviam precariamente” (SCARANO, 2002: 9), com exceção de alguns poucos que conseguiram adquirir algum tipo de riqueza ou bens. No mencionado século, os homens de cor eram a principal força de trabalho da capitania de Minas Gerais. A maior parte dos escravos se dedicava à agricultura, todavia, a extração mineral marcava o cotidiano dos indivíduos, principalmente nos espaços urbanos, onde o fluir de pessoas de todos os tipos era constante.

Os indivíduos livres de cor, pertencentes ao grupo social com maior crescimento populacional nos últimos decênios do século XVIII, realizavam trabalhos de variadas categorias. Eram carpinteiros, ferreiros, músicos, cozinheiros, alfaiates, entre outras atividades existentes nas diversas áreas da capitania. Nada impedia que escravos também exercessem essas funções. Indivíduos livres de cor sociabilizavam-se com escravos, tanto em festas quanto nas próprias irmandades religiosas. Esses grupos se relacionavam no cotidiano com sujeitos oriundos das diversas categorias sociais existentes nas Minas Gerais setecentistas.

Portanto, a capitania em questão precisa ser analisada levando-se em conta toda essa complexidade social, com essas trocas de experiências entre sujeitos e interdependência recíproca. Esse tipo de perspectiva analítica é importante para o melhor entendimento do processo de mobilização militar ocorrido em todas as regiões da América portuguesa a partir da década de 1760, principalmente no que diz respeito ao impacto da estruturação de corpos militares compostos por homens de cor.

Organização e reestruturação militar de Minas Gerais

A força terrestre na América portuguesa, na segunda metade do século XVIII era dividida em tropa de primeira linha, ou tropa paga; as forças auxiliares e as ordenanças. A tropa paga geralmente era composta por homens brancos com elevado *status* social. Muitas vezes, tratava-se de sujeitos vindos de Portugal e que já haviam sido soldados no próprio continente europeu. Essas tropas atuavam principalmente nas fronteiras, geralmente em conflitos contra inimigos estrangeiros; também eram utilizados na defesa de locais importantes para a administração do poder real, como, por exemplo, na guarnição da sede do vice-reino.

As ordenanças se institucionalizaram em Portugal no ano de 1570. Essa ação tinha o objetivo de municipalizar a prática de recrutamento, tornando a tarefa uma operação localizada. Essa prática se estendeu até a América portuguesa, estando presente na organização militar de Portugal até o século XIX. No entanto, isso não significa que não houve mudanças na estrutura de tais corpos militares até esse período. As ordenanças eram grupos de homens sem instrução militar sistemática e que só seriam acionados para o serviço das armas em caso de perturbação da ordem pública. Deveriam possuir suas próprias armas e equipamentos. Atuavam necessariamente em nível local. Participavam das ordenanças todos os homens aptos a atuar nos serviços das armas e que tivessem entre 16 e 60 anos. No entanto, com o agravamento dos conflitos na partes meridionais na década de 1760, seria necessário que se mobilizasse mais indivíduos para o serviço da guerra. Havia também a necessidade de se criar corpos militares passíveis de substituírem as tropas de primeira linha. Assim, a Carta Régia de 1766 foi um importante mecanismo para o fortalecimento dos corpos militares na América portuguesa, pois ordenou que nas diversas capitânicas daquela região se reestruturassem as tropas de auxiliares, as quais se encontravam reduzidas naquele momento.

Na teoria, os auxiliares deveriam possuir suas próprias armas e equipamentos, assim como as ordenanças, mas teriam treinamento militar para que pudessem a qualquer momento substituir as tropas de primeira linha. Também como as ordenanças, não receberiam soldo, com exceção de seus mais altos oficiais. Eram separadas em regimentos de cavalaria e infantaria. Para participar de um regimento de cavalaria, o indivíduo deveria ser branco e possuir pelo menos um cavalo e um escravo; o último seria preciso para o tratamento do animal e para o auxílio do próprio cavaleiro. Todo aquele que não possuísse cavalo ou

escravo seria transferido para a infantaria. Nela congregariam, em corpos separados, tanto homens brancos quanto pardos e negros libertos.

Havia uma série de privilégios para os membros dos corpos auxiliares. Segundo Cotta:

gozariam de foro militar. Seriam isentos de contribuir com fintas, taxas e outros encargos ou tributos impostos pelas câmaras. Gozariam dos privilégios dos soldados pagos. Seriam isentos dos serviços a que eram obrigadas as ordenanças. Não se poderia tomar ou embargar-lhes casas, carros, bestas, estrebarias, pão, vinho, palha, cevada, galinhas, gado ou outros gêneros. Não seriam constrangidos a servirem em cargos públicos contra a vontade. Não seriam presos em enxovia (COTTA, 2005, p. 111).

Com a mobilização e reestruturação militar das décadas de 1760 e 1770, em Minas Gerais, essas questões tiveram que ser pensadas também com relação aos homens de cor que fariam parte de corpos auxiliares. As companhias auxiliares de infantaria de pretos e pardos receberam a denominação de terço. Nos seus comandos estavam os mestres-de-campo. Essas companhias por si só, quando estavam separadas e não formavam um terço, eram denominadas de companhias francas.

Contudo, não era somente em corpos auxiliares que se podia encontrar homens de cor no serviço das armas até a reestruturação militar das décadas de 1760 e 1770: havia também as companhias de ordenanças de pé, os corpos de pedestres e os corpos de homens-do-mato. Agiam localmente, grosso modo, nas expedições, no ataque aos quilombos, contra indígenas hostis, e também na proteção de territórios onde se fazia a extração de metais preciosos (COTTA, 2005, p. 194).

É provável que muitos desses indivíduos componentes desses corpos militares irregulares tenham sido deslocados para os mencionados terços quando houve a reestruturação dos mesmos na década de 1770 na capitania de Minas Gerais. Nessa década, quando houve uma intensificação dos conflitos nas partes meridionais da América portuguesa, a responsabilidade do envio desses indivíduos para a guerra era totalmente daquele que estava no governo da capitania. As duas décadas mencionadas, a de 1760 e a de 1770, foram períodos em que os governadores que passaram pela capitania de Minas Gerais tiveram que agir no sentido de aprimorar a estrutura militar, administrar recursos destinados à guerra, enviar homens para o conflito, e ainda tratar das questões internas à própria capitania.

O impacto das reformas militares de 1760 e 1770 em Minas Gerais

No ano do lançamento da Carta Régia de 1766, Luis Diogo Lobo da Silva era o governador de Minas Gerais. Não hesitou em tentar cumprir as ordens existentes no dito documento. Para isso, expediu uma carta circular a todos os capitães-mores da capitania. Estes deveriam fazer o possível para formar tropas auxiliares - destinadas aos brancos - e terços de pretos e pardos; tais corpos necessitavam também de oficiais e suboficiais, nomeados pelos próprios capitães-mores (AHU, Cons. Ultra. Brasil/MG. Cx. 88, Doc.: 36). Um ponto específico da carta circular que suscitou impacto imediato em toda a sociedade mineira foi a ideia de se criar tropas compostas pela quinta parte dos escravos de Minas Gerais. Essa medida, tão rechaçada por boa parte da gente de Minas, já havia sido empregada por Luis Diogo Lobo da Silva em Pernambuco, quando lá foi governador.¹

Como já foi mencionado, em Minas Gerais, desde meados do século XVIII, se fixara o maior número de cativos da América portuguesa. Dessa forma, a utilização de escravos como força militar era uma carta na manga das autoridades, que não podia ser facilmente descartada. Até mesmo o marquês de Lavradio chegou a cogitar, em pleno ano de 1775, a ideia de se armar escravos para a defesa da América portuguesa, dizendo para Dom Antonio de Noronha, então governador da capitania, que “se isto se puder praticar em Minas, poderás ter uns corpos formidáveis com que me socorras” (LAVRADIO, 1978, p. 160-161).

Todavia, a ordem para se criar o “quinto dos escravos” em Minas Gerais não foi a única coisa que incomodou boa parte dos habitantes da capitania: em 1772 a câmara de São João Del Rei escreveu uma carta direcionada ao rei, em repúdio aos terços de pretos e pardos e seu oficialato integralmente negro (AHU, Cons. Ultra. Brasil/MG. Cx. 107, Doc.: 27). Segundo o que foi escrito pelos camaristas, Minas estava cheia de “inumeráveis escravos pretos e mulatos, cada um dos quais é inimigo doméstico de todos os brancos. São quase tantos como estes os pardos e negros, que ou nasceram forros ou se acham libertos”. Por isso, os integrantes da dita câmara acreditavam que “não é neles menor o ódio que nos tem, mas maior a soberba de que naturalmente são dotados”. Além disso, deixando transparecer o estigma social que os homens de cor sofriam em Minas Gerais, a carta é finalizada com a ideia de que

¹ Para maiores informações: Mapa de toda Infantaria, Artilharia paga e Auxiliares de pé e cavalo, Pardos, Henriques, e Ordenanças de pé, Índios e Quinto de Negros Cativos que constituem as forças e defesa da Capitania de Pernambuco. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Divisão de Manuscritos. Mapas Estatísticos da Capitania de Pernambuco. 3, 1, 38, fl. 03.

a pobreza e a dependência para com os brancos é que contém alguns deles na paz necessária para a nossa conservação e do Estado; porém, como se formaram todos em companhias, dando-se-lhes oficiais das mesmas castas, justamente se deve que o livre uso das armas os fez atrevidos e poderosos, e que chegará o tempo em que unindo-se aos escravos, seus semelhantes, rompam em algum excesso, disputando-nos o domicílio (AHU, Cons. Ultra. Brasil/MG. Cx. 107, Doc.: 27).

A sugestão da dita câmara para que tal receio não se tornasse realidade foi sujeitar os ditos negros “a oficiais brancos, porque o respeito, o temor destes, melhor os fará conter nos limites da sua obrigação”. Entretanto, com a intensificação da guerra luso-castelhana na década de 1770, houve uma demanda pelo fortalecimento de todos os corpos militares da capitania, incluindo os terços de pretos e pardos.

No ano de 1775, o governador de Minas Gerais era o experiente e ilustrado militar Dom Antônio de Noronha. Duas ações por ele exercidas merecem destaque, pois foram predeterminadas pelo próprio Pombal: a criação de regimentos de cavalaria, tanto auxiliar como a de primeira linha; e também a reestruturação dos terços de pretos e pardos, os quais, talvez pela pressão social, se encontravam, em 1775, bastante desmobilizados.

Os terços de pretos e pardos reestruturados estavam conectados a duas comarcas principais: a de Vila Rica e a de Rio das Mortes. O terço da comarca de Vila Rica era comandado pelo mestre de campo Francisco Alexandrino, um homem de cor. Era composto por 17 companhias da própria Vila Rica e mais 13 companhias da cidade de Mariana, constituindo, assim, 4 esquadras. Por sua vez, o mestre de campo Joaquim Pereira da Silva liderava o terço da comarca do Rio das Mortes, composto pelas esquadras de São João Del Rei e a da vila de São José. Constituía 22 companhias de 60 praças. Ao todo, Francisco Alexandrino comandava 1.800 homens, e Joaquim Pereira da Silva 1.320 praças (AHU, Cons. Ultra. Brasil/MG. Cx. 108, Doc.: 32).

No entanto, o lugar de atuação dos terços era a própria capitania de Minas Gerais. Poderiam ser enviados para fora de Minas somente no caso de invasão do Rio de Janeiro, ou se fosse ordenado pelo vice-rei Lavradio, portanto, somente em casos muito especiais. No entanto, como já vimos no segundo capítulo, Teixeira Coelho afirmou que houve efetivamente o envio de algumas companhias francas para a defesa do Rio de Janeiro em 1775. Por outro lado, a pressão maior por parte de Lavradio era pelo envio de recrutas de Minas Gerais para o principal palco do conflito luso-castelhana: as partes meridionais da América portuguesa.

Dom Antônio de Noronha e as dificuldades práticas no recrutamento de indivíduos para a guerra Luso-castelhana

A ordem do envio de recrutas para o palco do conflito luso-castelhano aconteceu numa carta enviada a Dom Antonio de Noronha em 19 de outubro de 1776. Nela, o vice-rei ordenou que “seriam muito convenientes todos aqueles recrutas que V. Ex.a me pudesse mandar sem bulha nem detrimento maior dessa capitania” (AHU, Cons. Ultra. Brasil/MG. Cx. 110, Doc.: 37). Noronha não demorou muito para responder essa primeira carta. No dia 28 de outubro escreveu para Lavradio com relação aos ordenamentos anteriores: “Pelo que respeita a recrutas, é impossível que estas se façam sem que se sigam os inconvenientes que V. Ex.a judiciosamente recomenda eu evite”. Ou seja, o governador já previa que poderiam ocorrer desordens, sublevações, caso praticasse tal ato. Só que algo inesperado aconteceu: dois dias depois do envio dessa primeira carta de Noronha, Lavradio escreveu uma segunda carta endereçada ao governador.

A ordem naquele momento não era somente para que se enviassem os recrutas, mas para mandar ao Rio de Janeiro os terços de pretos e pardos, bem como todos os regimentos de cavalaria auxiliar e de primeira linha. E ainda mais diz Lavradio: “Como El Rey meu senhor dá a liberdade que V. Ex.a com a sua presença venha animar esta tropa, e por consequência ajudar-me nos meus trabalhos, sendo este um dos maiores socorros que eu posso ter, não posso deixar de instar por ele” (AHU, Cons. Ultra. Brasil/MG. Cx. 110, Doc.: 37).

Noronha afirmou que estava a praticar as ordens existentes ainda na primeira carta de Lavradio quando, já no quartel, recebeu a segunda, cujo conteúdo o assustou. Nesta resposta, escrita no dia 7 de novembro de 1776, o governador ressalta que sobre “ser preciso que eu marche na retaguarda do corpo auxiliar, para que os soldados dele não desertem”, não era possível ser feito rapidamente, pois Noronha deveria primeiramente resolver problemas referentes a uma devassa de inconfidência na comarca de Sabará. Afirma que por esses motivos “é que demoro a minha marcha (AHU, Cons. Ultra. Brasil/MG. Cx. 110, Doc.: 37).

Em 2 de novembro de 1776, Lavradio recebeu a primeira resposta de Noronha e rapidamente aprontou uma nova carta. Com grande astúcia, chegou até a adiantar o conteúdo da segunda, a qual não havia recebido ainda. Quanto aos recrutas, aliviou Noronha, pois, “por hora se acha suprida a necessidade, com 400 homens que presentemente aqui chegaram vindos das ilhas, mandados por El Rey meu senhor, para completar os corpos regulares que eu

aqui tenho”. Entretanto, os regimentos de cavalaria e os terços de pretos e pardos deveriam ser mandados para o Rio de Janeiro com toda a rapidez (AHU, Cons. Ultra. Brasil/MG. Cx. 110, Doc.: 37). Na mesma carta, afirma que os “vadios”, ociosos, precisavam ser incorporados às tropas, para se disciplinarem e se tornarem mais úteis ao Estado do Brasil.

Adivinhando a resistência por parte de Noronha no que respeita a marchar junto com as tropas para o Rio, presente na segunda resposta do governador, a qual Lavradio ainda não havia recebido, disse: “Se V. Ex.a julgar que o separar-se dessa capitania poderá fazer algum prejuízo considerável ao Real Serviço, espero que V. Ex.a queira regular tudo por modo que aos reais interesses não possam seguir consequências que lhe sejam menos vantajosas”. E ainda completa, para pressionar ainda mais o governador de Minas: “Me animou fazê-lo lembrar que o conde de Bobadela do Rio de Janeiro governava Minas, e quando o fosse preciso que ele passasse a mesma capitania a dar alguma providência que precisasse da sua pessoal assistência, o faria com grande facilidade, sem receber prejuízo o Real Serviço” (AHU, Cons. Ultra. Brasil/MG. Cx. 110, Doc. 37).

Dom Antonio de Noronha recebeu essa última carta de Lavradio no dia 8 de novembro de 1776, e demorou mais de 10 dias para elaborar uma resposta que fosse bem convincente. Essa resposta, escrita no dia 19 de novembro, é uma defesa de Noronha a todas as ordens providas de Lavradio que pudessem prejudicar o governo da capitania de Minas Gerais. Nela, disse que não poderia sair da capitania sem a nomeação de um governador interino. Fez propaganda do seu governo; acentuou as dificuldades em se governar a dita capitania - pelo motivo da pressão social vinda de todas as partes, principalmente em relação às medidas dirigidas em favor da guerra luso-castelhana. Por fim, aliviou-se com a notícia de que podia suspender o envio de recrutas, mas defendeu a utilidade dos ditos “vadios” na capitania de Minas com um discurso não muito original. Para Noronha,

eles, exceptuando um pequeno número de brancos, são todos mulatos, mestiços, cabras e negros forros. Por estes atrevidos homens é que se mandam povoar os remotos centro do Cuyeté, Abre Campo e outros. Deles é que se compõem as esquadras que defendem o mesmo Cuyeté das invasões do Genticio bárbaro e que penetram como feras os matos virgens no seguimento do mesmo gentio. Deles é que se compõem também as esquadras que entram pelos matos para destruir os quilombos dos negros fugitivos (AHU, Cons. Ultra. Brasil/MG. Cx. 110, Doc.: 37).

É curioso ressaltar o fato de esse trecho existir, na íntegra, também na mencionada *Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais*, publicada em 1780 e escrito por

João José Teixeira Coelho. Não se pode dizer ao certo se já havia algum esboço dessa obra em 1776, e que Noronha a havia lido, ou se Teixeira Coelho o retirou da própria carta do governador e o incluiu posteriormente (COELHO, 1780: 149). Todavia, o importante é entender que a demanda por recrutas retornou, e mais cedo do que o desejado por Dom Antonio de Noronha

O envio de 4000 recrutas para o palco da guerra

Não havia maneira de Noronha resistir a toda a pressão exercida por Lavradio com relação ao envio de recrutas ao palco da guerra. O governador deveria trabalhar bem, e precisava ser rápido. Repetindo as palavras do próprio João José Teixeira Coelho, acerca disso: “O dito Vice-rei lhe pediu recrutas para engrossar o exército que estava acampado no Rio Grande, e, com brevidade incrível, aprontou quatro mil pessoas que fez logo pôr em marcha para o dito continente, em corpos separados, dando todas as providências que eram necessárias para que estes corpos não experimentassem falta de víveres no seu dilatado trânsito”. Esse discurso é apresentado para demonstrar que essa ação de enviar 4000 mil homens para lutarem na guerra Luso-castelhana foi realizada sem dificuldades por Dom Antonio de Noronha. Entretanto, outras fontes revelam que não foi bem isso o que ocorreu.

Já em abril de 1777, **em várias partes do território** se ouviu falar da dita tropa de Minas Gerais que iria reforçar os exércitos do sul. Uma grande expectativa foi construída com relação a esses mais de 4 mil recrutas. Por onde quer que as companhias que formavam essa tropa passassem, os oficiais ligados aos corpos militares deveriam providenciar mantimentos, abrigo para esses homens. No entanto, logo o general e governador de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, atentou para as dificuldades em abastecer a dita tropa. Os capitães-mores queixavam-se que não tinham comida nem para alimentar os próprios soldados regulares, quem dera para aqueles homens (DOCUMENTOS INTERESSANTES, vol. LXVIII, 1902: 48). A tropa deveria chegar a Curitiba para dali se juntar com outros corpos militares e seguirem em marcha até a ilha de Santa Catarina. Uma vez chegando lá, formariam uma linha de frente para atacarem os castelhanos, enquanto as demais tropas ficariam na retaguarda (DOCUMENTOS INTERESSANTES, vol. LXVIII, 1902, p. 58). Contudo, o problema de abastecimento da tropa era realmente grave. Saldanha teve conhecimento de todas as desordens que esses homens cometeram desde sua saída da capitania de Minas Gerais, e responsabilizou os sargentos-mores que a acompanhavam (DOCUMENTOS

INTERESSANTES, vol. LXVIII, 1902, p. 134). A fome desses recrutas foi tão grande, que ao passarem na região de Araçarigoama, arrombaram a porta de um armazém e roubaram os mantimentos lá existentes (DOCUMENTOS INTERESSANTES, vol. LXVIII, 1902, p. 136). Não é difícil se deduzir que outros incidentes como esse ocorreram durante o percurso da tropa.

A falta de alimentos não era o único problema com relação a esses recrutas: a deserção também era grande, de modo que Saldanha ordenou que os capitães-mores caçassem e prendessem os desertores, os quais seriam castigados para dar exemplo aos demais (DOCUMENTOS INTERESSANTES, vol. LXVIII, 1902, p. 138).

Finalmente, em junho de 1777, Lavradio tomou conhecimento da qualidade desses recrutas de Minas Gerais. Segundo a descrição de Saldanha, era uma multidão composta, em sua maioria, de negros, que se encontravam “inteiramente nus, sem mais que umas ceroulas e camisas, com muito poucas armas particulares, e estas desconcertadas”. Ainda nas palavras de Saldanha:

estava a expedir ordem aos comandantes dos destacamentos de Minas Gerais, que iam em marcha para o continente do Sul, a fim de voltarem logo para suas respectivas comarcas, pois assentou ultimamente comigo o senhor marquês Vice-rei, a quem tinha representado o miserável estado desta tropa, ser mais proveitoso ao Real Serviço fazê-las retroceder do que infestar a campanha do sul, com um troço de gente quase inútil para o ministério da guerra (DOCUMENTOS INTERESSANTES, vol. LXVIII, 1902, p. 204).

É curioso o fato de que alguns desses homens, quando estavam nos Campos de Curitiba, foram ali utilizados no cultivo das roças. Nesse sentido, Saldanha ordenou ao capitão-mor Miguel Ribeiro Ribas para que daquela gente “se tirasse até o número de cem homens, entre pardos e negros, para serem empregados na cultura das roças [...] para este efeito, escolherá de todos os destacamentos que estiverem nessa vila, ou que por ela passarem, o dito número de pessoas que julgar mais robustas [...] e terá sobre eles toda a vigilância, para que não desertem” (DOCUMENTOS INTERESSANTES, vol. LXVIII, 1902, p. 205-206). Como se pode ver, o mecanismo da coerção era empregado para a contenção desses homens. Essa violência provavelmente esteve presente na marcha das companhias de Minas Gerais que formariam a badalada tropa de 4000 mil homens que lutariam na guerra Luso-castelhana.

Se já havia o problema da falta de alimentos destinados a esses indivíduos quando eles saíram de Minas em direção à região do conflito, no retorno não foi o contrário. Em um trecho, se torna claro como havia uma divisão no tratamento de brancos e negros nessas tropas, com a provável exceção dos homens de cor que eram oficiais: Saldanha ainda ordena, para o capitão-mor de Mogi das Cruzes, o qual havia sido indicado para acompanhar o retorno dos recrutas de Minas: “Fará muito bem em não dar quartel mais do que aos oficiais e homens brancos, e pelo que respeita aos pretos, façam ranchos, visto a sua má conduta” (DOCUMENTOS INTERESSANTES, vol. LXXIX, 1902, p. 61-62). Tudo leva a crer que houve ainda mais dificuldades em se fazer retornar essa multidão para a capitania de Minas Gerais.

Considerações Finais

O período compreendido entre a década de 1760 e 1780 foi de intensa mobilização militar na capitania de Minas Gerais. Partindo dessa premissa, apresentamos a reorganização dos corpos militares compostos por homens de cor naquela capitania nesse momento, considerando os acontecimentos levados a efeito nas partes meridionais da América portuguesa, as estratégias de defesa criadas para a América portuguesa, o *replacement* dos governadores e capitães gerais das capitanias e, principalmente, a Carta Régia de 1766. Além disso, mencionamos as relações entre os governadores que passaram pela capitania em questão com as diversas camadas sociais presentes na região. Apresentamos, também, relação de amizade conflituosa que o vice-rei do marquês de Lavradio tinha com o governador de Minas Gerais, Dom Antônio de Noronha.

Nossa intenção foi destacar as ações que o governador acima citado levou a efeito no sentido de reestruturar os corpos militares na capitania, entre eles os compostos por homens de cor. Desse modo, enfatizamos conflitos e continuidades entre as visões barroca de mundo e a perspectiva iluminista, e a forma pela qual o iluminismo influenciou o campo militar no império português. No nosso modo de ver, a reestruturação militar proposta pelo marquês de Pombal após 1762, bem como a escolha por ele feita de quem deveria comandar essa tarefa no Estado do Brasil - ou seja, o marquês de Lavradio - constituiu uma ação marcada pela perspectiva iluminista. O *replacement* de governadores - a maior parte deles, senão todos, com vínculos estreitos com Lavradio - garantiu a imposição de novas estratégias militares, de novas visões acerca do que é ser militar e de como agir como um militar. A ampliação dos

efetivos, ou seja, a utilização de homens de cor nos corpos militares representou mais um passo em direção a esse desiderato. Porém, esse processo, como foi demonstrado nessa pesquisa, não se seguiu sem conflitos. As guerras nas partes Meridionais da América Portuguesa fizeram com que se acelerasse essa reestruturação militar, o que ocasionou a utilização de tropas despreparadas, conflitos entre câmaras e governadores e debates sobre utilização de escravos como soldados.

Nos discursos, as autoridades reconheciam que os homens de cor constituíam uma força de trabalho indispensável para a manutenção da capitania. Contudo, em outros momentos, esses homens eram associados a “vadios” e ociosos. Não deixavam também de ser representados como bravos guerreiros, os quais adentravam nas matas para enfrentar os índios ferozes e os quilombos. Em outras ocasiões, aparecem nos discursos como soldados inúteis, desordeiros, indisciplinados, que poderiam se unir aos escravos para se revoltar contra os brancos de Minas Gerais.

A nosso ver, essa complexidade dos discursos é mais um indício de que a ordem barroca portuguesa na América estava em constante confronto com a perspectiva ilustrada em ascensão na segunda metade do século XVIII.

Referências

Fontes

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU) (Lisboa). Projeto Resgate. Minas Gerais (1750-1780).

COELHO, J.J.T. **Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais** (1780). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994. (Coleção Mineiriana).

DOCUMENTOS INTERESSANTES PARA A HISTÓRIA E COSTUMES DE SÃO PAULO (DI) São Paulo: Arquivo do Estado, 1902. (VOLUMES LXVIII e LXXIX)

LAVRADIO, Marquês do. **Cartas do Rio de Janeiro (1769-1776)**. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Educação e Cultura. Instituto Estadual do Livro, 1978, p.160-161.

MENDONÇA, Marcos Carneiro. **Século XVIII, século Pombalino do Brasil**. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1989, 801 p. (Biblioteca Reprográfica Xerox).

Bibliografia

ALDEN, D. The Population of Brazil in the Late Eighteenth Century: A Preliminary Study. In: **The Hispanic American Historical Review**, Vol. 43, No. 2. (May, 1963), pp. 173-205.

ALDEN, Dauril. O período final do Brasil Colônia (1750-1808). In: BETHEL, Leslie (Org.). **América Latina colonial**. Trad. Mary A. L. de Barros & Magda Lopes. S. Paulo: Edusp/FUNAG, 1999.

ALDEN, Dauril. **Royal Government in Colonial Brazil – with special reference to the administration of the marquis of Lavradio, viceroy, 1769-1779**. Berkeley/Los Angeles, 1968.

América portuguesa. **Cahiers des Amériques Latines**, Paris, v. 44, n. 3, p. 77-96, 2003.

COTTA, Francis Albert. **No rastro dos Dragões: universo militar luso-brasileiro e as políticas de ordem nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte, 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais.

ELIAS, Norbert. Introdução. Ensaio Teórico sobre as relações estabelecidos-outsiders. In: Elias, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, pp. 19-50.

KLEIN, Herbert S. Os homens livres de cor na sociedade escravista brasileira. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, 17, 1978.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos estudos – CEBRAP**. São Paulo, n. 74, 2006.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês do Pombal: paradoxo do Iluminismo**. Trad. Antônio de Pádua Danesi. R. de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MELLO, Christiane F. Pagano de . A Guerra e o Pacto. A política de intensa mobilização militar nas Minas Gerais.. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Org.). **A Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV / Bom Texto, 2004, v. , p. 67-85.

POSSAMAI, Paulo César. A Colônia do Sacramento, o “jardim da América”. In.: **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre : PUCRS, v. 30, n. 1, p. 33-46, jun./2004, p. 40-41.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. O Brasil colonial: o ciclo do ouro, c. 1690-1750. In: BETHEL, Leslie (Org.). **América Latina colonial**. Trad. Mary. A. L. de Barros & Magda Lopes. São Paulo: Edusp/FUNAG, 1999, pp. 471-525.

SCARANO, J. **Negro nas terras do ouro: cotidiano e solidariedade século XVIII**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

SILVA, Luiz Geraldo. Religião e identidade étnica. Africanos, crioulos e irmandades na América portuguesa. **Cahiers des Amériques Latines**, Paris, v. 44, n. 3, p. 77-96, 2003.